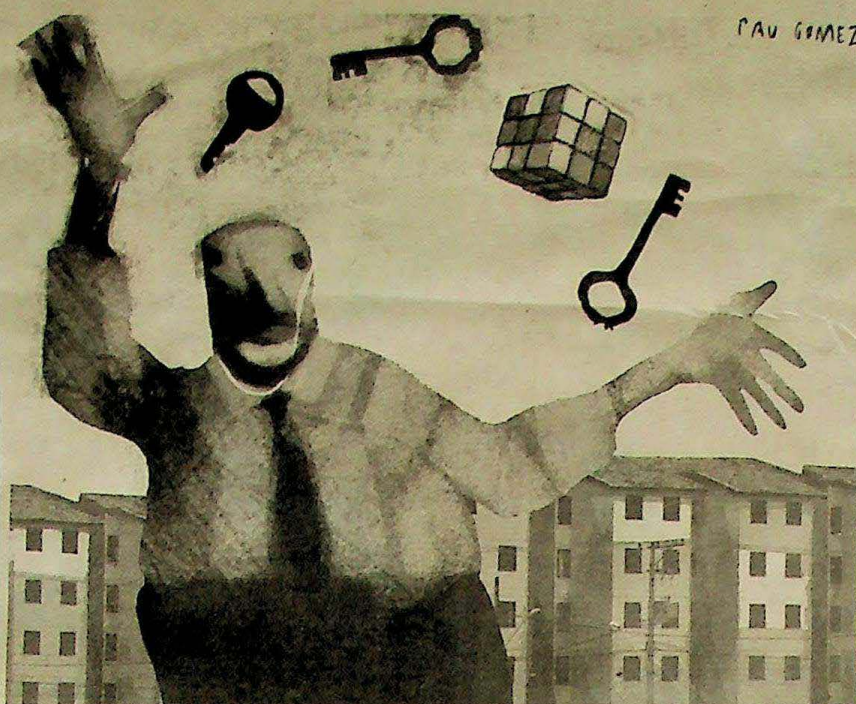


Nem política urbana, nem casa decente



PMS / FMLF BIBLIOTECA	
Journal:	A Tude
Data:	26/04/2014
Caderno:	Quinze
Página:	12
Assunto:	Habitação



Antonio Risério

Escritor

ariserio@terra.com.br

O programa Minha Casa, Minha Vida é um fracasso. Não só pela baixa qualidade das moradias (que apresentam infiltrações, rachaduras, etc., antes até de serem inauguradas), como pela incapacidade de cumprir a meta de reduzir drasticamente a carência de casas para a população mais pobre. Na verdade, com o Minha Casa, Minha Vida, o governo está construindo, hoje, as favelas de amanhã. Construindo conjuntos que envergonham, quando comparados com o que se fez no país nas décadas de 1940-1950, em obras como a do Pedregulho, no Rio de Janeiro, e Passo d'Areia, em Porto Alegre – para dar dois exemplos de intervenção de alta qualidade no campo da habitação social.

Pesquisa da Fundação João Pinheiro (Belo Horizonte) mostrou que o déficit habitacional brasileiro tem aumentado. E muito. Quanto mais o governo financia casas, mais cresce o número de pessoas sem ter onde morar. Como explicar o paradoxo? O pessoal da direção do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) faz uma análise corretíssima da questão, no texto “Como Não Fazer Política Urbana”, assinado por Ana Paula Ribeiro, Guilherme Boulos e Natália Szermeta. Apontam, de saída, para o crescimento espantoso do setor imobiliário nos últimos dez anos. Decisivo, para isso, foi a injeção de recursos públicos do PAC e do BNDES nas grandes construtoras. Mas acontece que “o fortalecimento rápido e intenso do capital imobiliário trouxe um alto preço a pagar aos trabalhadores urbanos”. É isso mesmo: no governo de um suposto “partido dos trabalhadores”, é o trabalhador quem mais se dá mal.

Os empresários assumiram o comando do jogo. Ao se tornarem os maiores proprietários de terras e imóveis, deixaram o governo de lado e passaram a dar as cartas em matéria de política urbana. Definem e decidem tudo, onde vão construir um novo shopping, fazer habitações populares, implantar um condomínio

para gente rica, etc. E assim vêm reconfigurando regiões inteiras das principais cidades brasileiras. Como se vê em São Paulo, por exemplo:

“Bairros antes periféricos [e a palavra periferia está assumindo um sentido mais social do que propriamente geográfico] viram atônitos torres serem erguidas ao seu lado. Novos moradores, novo perfil, novos preços. Com os investimentos de mercado veio a inflação descontrolada do valor dos aluguéis. Alguns bairros da periferia paulistana viram nos últimos cinco anos o valor médio do aluguel dobrar ou triplicar. O mesmo se deu no Rio de Janeiro e em outras capitais. Assim cresceu o déficit habitacional. O morador do Campo Limpo (zona sul) ou Itaquera (zona leste) que pagava 400 reais de aluguel viu o boleto aumentar para 700 reais, mas o salário não. Das três situações seguintes, foi forçado a uma: ou comprometeu mais da metade dos ganhos familiares para arcar com este aumento, ou teve de ir viver em condições muito precárias, ainda mais longe, ou recorreu ao cômodo do fundo da casa de um parente, ao barraco em uma ocupação”.

No primeiro caso, o sujeito teve de apertar drasticamente o cinto. Nos dois últimos, mais pessoas foram engrossar os números da carência habitacional. “Mesmo 1 milhão de novas casas não são capazes de compensar as outras 2,5 milhões de famílias jogadas à própria sorte pela ofensiva do capital imobiliário. Podem construir mais 2 ou 5 milhões e o déficit continuará aumentando”.

tando se a política urbana não estabelecer limites às forças do mercado, ao invés de estimulá-las”. Mais: “Enquanto o capital imobiliário for o grande agente da remodelação urbana, livre de regulamentações mais efetivas, qualquer política [habitacional] está fadada ao fracasso. Aumentam os recursos para a urbanização de favelas e saneamento, mas novas favelas surgem em escala ainda maior”.

Em vez de entregar a política urbana aos empresários, nossos governantes deveriam simplesmente cumprir a lei. O que está disposto no capítulo de política urbana de nossa carta constitucional, regulamentado pelo Estatuto da Cidade, que sublinha o princípio da função social da cidade e da propriedade urbana.

Com o Minha Casa, Minha Vida, o governo constrói hoje as favelas de amanhã. [...] E os empresários passaram a dar as cartas em matéria de política urbana